

ATA NÚMERO 109/XII (2.ª)

Aos dezassete dias do mês de abril de 2013, pelas 11 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 8, do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Audição do Conselho de Administração da ANACOM, na sequência do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP sobre o ponto de situação do processo de migração para a Televisão Digital Terrestre, tendo igualmente presentes os resultados do estudo realizado pela DECO sobre esta questão, e apresentados na audição parlamentar de 26 de fevereiro de 2013;

2 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:

3 — Distribuição do relatório sobre «Portugal na União Europeia – 2012»:

Relator (a): Deputado(a) (PSD);

4 — Aprovação de ata n.º 97;

5 — Outros assuntos.

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença da Senhora Presidente do Conselho de Administração da ANACOM, Maria de Fátima Barros, assim como dos demais representantes desta entidade, o Vice-Presidente José Perdigoto e a Assessora de Imprensa Ilda Matos.

A Senhora Presidente e o Senhor Vice-Presidente da ANACOM teceram umas breves considerações, tendo começado por sublinhar que as decisões sobre a TDT já foram tomadas há muitos anos, pelo que não vale a pena discutir se o processo foi ou não bem conduzido no passado, fazendo sentido, sim, analisar o que se pode fazer para melhorar a situação.

Mais adiantaram que as falhas apontadas pelo estudo da DECO relativamente à ausência de fiscalização são muito injustas e não têm uma base factual; que os resultados desse estudo

foram certamente enviesados e não refletem a situação atual, designadamente no que respeita ao número de habitações sem sinal de TDT; que hoje a situação revela um nível de ineficiência muito menor do que há um ano, há seis meses e até três meses; que, relativamente a esse estudo que aponta deficiências na informação e monitorização feita pelo regulador, se fosse verdade que 62% das casas com TDT têm problemas de receção do sinal isso significaria que 620 000 lares teriam dificuldades em ver televisão.

Finalmente, acrescentaram que, desde que se iniciou o processo de transferência da televisão analógica para a digital em abril de 2012, o número de reclamações tem vindo sempre a baixar; que as medidas retificativas adotadas têm resolvido muitos problemas; que a ANACOM pretende instalar cerca de 400 sondas de transmissão do sinal da TDT para que se possa fazer uma monitorização contínua, projeto que estará concluído até ao final de 2013, tendo sido concedido através de concurso público a nível internacional.

Em seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Odete Silva (PSD) e Raúl de Almeida (CDS-PP), dos Grupos Parlamentares autores do requerimento que deu origem à presente audição, tendo questionado a ANACOM sobre, designadamente, qual o número de reclamações recebidas pelo regulador durante o período em que decorreu o estudo da DECO; se as 16 reclamações enviadas pela DECO eram coletivas, provenientes de câmaras municipais e representando vários utilizadores; o período em que decorreram as 200 ações de monitorização realizadas em 2012 em todo o País para verificar a qualidade do sinal de TDT e se os casos já foram resolvidos e como; se o problema dos emissores e da licença temporária já está resolvido; como vai ser feito o financiamento das 400 sondas de transmissão; a razão de ser da quebra do número de reclamações apresentadas.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra as Senhoras Deputadas Inês de Medeiros (PS) e Carla Cruz (PCP). As questões abordadas incidiram essencialmente sobre os seguintes assuntos: sendo a ANACOM uma das entidades mais bem financiadas, porque é que não tem agentes no terreno para fazer a fiscalização; o que vai acontecer ao novo canal de frequências atribuído à PT para cobrir uma série de zonas e que não está licenciado; qual a dificuldade de fazer a medição do sinal; de quem é a responsabilidade pelas falhas; os abusos comerciais que têm havido nesta área; a responsabilidade da PT em algumas das falhas detetadas; se o número de reclamações apresentadas já se encontra tipificado; para quando a conclusão da

instalação das 400 sondas e qual o investimento previsto; e quais os dados reportados pela Associação Nacional de Municípios e as juntas de freguesias à ANACOM.

A Senhora Presidente e o Senhor Vice-Presidente da ANACOM responderam individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Rosa Arezes (PSD), Margarida Neto (CDS-PP), Inês de Medeiros (PS) e Carla Cruz (PCP), tendo a Senhora Presidente da ANACOM e o Senhor Vice-Presidente respondido globalmente aos Senhores Deputados.

Esta audição terminou às 13 horas e 05 minutos e foi gravada, podendo ser consultada em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CPECC_20130417.mp3, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Passando ao segundo ponto da Ordem do Dia, a reunião decorreu à porta fechada, tendo sido discutidos assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Relativamente ao terceiro ponto da Ordem do Dia, o Grupo Parlamentar do PSD referiu que indicaria oportunamente o relator do relatório «Portugal na União Europeia – 2012».

Quanto à Ata n.º 97, o Senhor Presidente salientou que a Comissão continua à espera das sugestões de alteração que irão ser apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS, pelo que a sua votação ficará adiada para uma próxima reunião da Comissão.

No último ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) solicitou a palavra para interpelar o Senhor Presidente da Comissão, relativamente a uma notícia que saiu no jornal *Correio da Manhã* no dia 12 de abril de 2013, intitulada «Debates obrigam a audições na Assembleia da República», no sentido de saber se deu essa entrevista em nome pessoal ou no de Presidente da própria Comissão. A este propósito, o Senhor Presidente disse à Senhora Deputada Carla Cruz que é muitas vezes questionado sobre as matérias que foram analisadas ou que estão em debate no seio da Comissão, procurando sempre dar uma resposta fidedigna em relação àquilo que foi discutido ou que poderá vir a sê-lo. Disse também que, no caso em análise, a jornalista não refletiu corretamente no texto nem o espírito nem aquilo que tinha dito numa conversa informal sobre a questão dos debates eleitorais, em que se limitou a dar uma informação enquanto



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Presidente da Comissão sobre o andamento dos trabalhos e o que a esse propósito ficou decidido no âmbito da própria Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CPECC_20130417.mp3.

Palácio de São Bento, 17 de abril de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(José Mendes Bota)



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt

Carla Cruz

Francisca Almeida

Inês de Medeiros

Manuel Seabra

Mendes Bota

Odete Silva

Orísia Roque

Paulo Rios de Oliveira

Pedro Delgado Alves

Raúl de Almeida



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Rosa Arezes

Sérgio Azevedo

Margarida Neto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Rodrigues

Isabel Oneto

Jacinto Serrão

João Portugal

Lídia Bulcão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Honório

Luís Pita Ameixa

Maria da Conceição Caldeira

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 04/06/2013.